



Número: **0000005-57.2026.2.00.0512**

Classe: **ATO NORMATIVO**

Órgão julgador colegiado: **Corregedoria Regional de Justiça do Trabalho da 12ª Região**

Órgão julgador: **Corregedoria Regional de Justiça do Trabalho da 12ª Região**

Última distribuição : **19/01/2026**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Ato Normativo**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CORREGEDORIA REGIONAL DO TRT DA 12ª REGIÃO (REQUERENTE)			
Varas do Trabalho do TRT12 (REQUERIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
71213 29	19/01/2026 15:42	PORTARIA CR 2-2026 - controle de autorizações para juiz residir fora da jurisdição	Portaria



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

PORTARIA CR Nº 02, DE 19 DE JANEIRO DE 2026

Dispõe sobre o procedimento de verificação do cumprimento da Resolução Administrativa nº 146/2007 do TRT da 12ª Região pelos juízes titulares e substitutos fixos residirem na sede em que se encontra instalada a vara do trabalho, ou fora dela nos casos autorizados.

O DESEMBARGADOR DO TRABALHO-CORREGEDOR DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando os termos da [Resolução nº 37](#), de 06-05-2007, do CNJ, que determinou a obrigatoriedade de os tribunais regulamentarem os casos excepcionais de magistrados residirem fora das respectivas comarcas;

Considerando a [Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho](#), no Título II: “Disposições Gerais”, Capítulo I: “Magistrados”, Seção II: “Local de Residência do Magistrado”;

Considerando os termos da [Resolução Administrativa nº 146/2007](#) do TRT da 12ª Região, alterada pela Resolução Administrativa nº 004/2023, que estabelece critérios sobre autorização de residência para juízes titulares e substitutos de vara do trabalho, inclusive o disposto quanto à verificação do cumprimento pela Corregedoria Regional; e

Considerando o disposto no art. 7º da [Portaria Conjunta SEAP/GVP/SECOR nº 13, de 25-01-2023](#), no sentido de que os magistrados, titulares e substitutos, informarão “à Administração do Tribunal (intranet - informações funcionais - atualizar endereço) endereço residencial completo e telefone em que possam ser localizados, mantendo-os atualizados sempre que houver alguma alteração de fato, em até 15 dias da data em que ocorrida a mudança”;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

RESOLVE:

Art. 1º. O juiz titular e o juiz substituto fixo residirão na sede da vara do trabalho, salvo autorização do tribunal, mediante requerimento fundamentado, nos termos da [Resolução Administrativa nº 146/2007](#) do TRT da 12ª Região.

Parágrafo único. É facultado aos juízes, independentemente da autorização prevista no *caput*, fixar residência em município limítrofe à sede do juízo ou que integre a respectiva região metropolitana legalmente instituída, bastando que faça prova da existência legal do respectivo conglomerado urbano (art. 1º da [Resolução Administrativa nº 146/2007](#) deste Regional).

Art. 2º. Como medida de verificação do local de residência, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 4º da [RA nº 146/2007](#), a Corregedoria encaminhará aos magistrados, nos meses de março e setembro, ou mediante provocação, questionário de preenchimento obrigatório.

Parágrafo único. As informações obtidas serão encaminhadas à presidência do tribunal para os fins contidos na [RA nº 146/2017](#).

Art. 3º. Revoga-se a Portaria CR nº 02, de 30 de janeiro de 2024.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e comunique-se aos Magistrados, à Associação dos Magistrados do Trabalho da 12ª Região - AMATRA 12 e à Presidência deste Tribunal.

REINALDO BRANCO DE MORAES
Desembargador do Trabalho-Corregedor-Regional

